



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

---

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Reunião virtual. <i>Google Meetings</i>	24/11/2020	17h às 19h

No dia 24 de novembro de 2020, das 17h às 19h, por meio do aplicativo *Google Meetings*, ocorreu a 8ª Reunião Ordinária de 2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
<b>Fabiano de Abreu Pfeilsticker</b> Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
<b>Fábio Portela Lopes de Almeida</b> Assessor da Presidência do TST
<b>Luiz Antônio Mendes Garcia</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
<b>Fabiano de Andrade Lima</b> Secretário de Tecnologia da Informação do TST
<b>Márcio Nisi Gonçalves</b> Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região

Estiveram presentes os seguintes convidados do referido comitê:

Nome
<b>Cláudia Pereira de Souza Brandao Fernandes</b> Coordenadora Substituta de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação do CSJT (Convidada para a reunião)
<b>Christiano Guimaraes de Carvalho</b> Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT (Convidado para a reunião)
<b>Ana Letícia Moura Vilela</b> Servidora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT (Convidada para a reunião)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

Com o propósito de integrar as discussões, a Drª Carolina solicitou a participação dos servidores Cláudia Pereira de Souza Brandão Fernandes, Coordenadora da CGGOV e Christiano Guimarães de Carvalho, Coordenador da CTPJE. A Drª Carolina da Silva Ferreira, Secretária-Geral do CSJT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

### **1. Pendências de reuniões anteriores**

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião	ID	
	A Ata da 7ª Reunião do CGTIC, realizada em 26/10/2020 foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram. Drª Carolina apresentou a sugestão operacional de que para as próximas reuniões, o conteúdo do e-mail de convocação, contendo links para a videoconferência no meet, para a pauta, e para a ata da última reunião, seja incorporado ao módulo da agenda no campo destinado ao texto do convite, de modo que a convocação seja recebida por única via.		

### **2. Novos itens para análise e deliberação:**

Item:	2.1. Apresentação da nova Coordenadoria, CSAN, juntamente com o resumo executivo dos principais projetos/produtos administrativos.	ID	
	<p><b>2.1.</b> A Coordenadora da CSAN fez uma apresentação de forma muito didática e elogiada ao final. Diversos gráficos, tabelas legendadas e mapas foram utilizados para ilustrar o panorama da estrutura, composição e atividades da CSAN, bem como a evolução e situação detalhada dos Programas Nacionais (SIGEO-JT, PROAD-OUV e SIGEP) e Projetos/Produtos Nacionais (SILC-JT, SCNP, DEJT e Malote Digital). Dentre outros dados apresentados foi possível acompanhar as entregas efetuadas, problemas enfrentados, planos de ação e próximas entregas de cada um dos Programas ou Projetos mencionados. A apresentação está disponível no Anexo 1 desta ata (Anexo 1 - 2.1 - Apresentação CSAN para CGTIC - 8ª Reunião CGTIC.pdf). A Secretaria-Geral deu uma perspectiva de</p> <p>A SGRCSJT solicitou que a SETIC prepare uma apresentação, com abordagem bem esclarecedora da nova estrutura da SETIC e dos Sistemas Administrativos para o COLEPRECOR ainda este ano, se possível.</p> <p>A respeito do PROAD, foi lembrado que haverá reunião com o TRT12 na quarta-feira, 25/11, na qual se pretende expor a preocupação de se estar consumindo tempo e recursos com o PROAD, em detrimento de outros projetos mais interessantes.</p> <p>A CNPJE, com o intuito de suscitar o debate, apresentou de 5 questionamentos, que foram esclarecidos, a saber:</p> <p>1 - Participação do Escritório de Projetos dentro CSAN. Irão gerenciar os projetos também da CSAN? R.: CSAN, por meio de reuniões, fará a coordenação, participando das atividades dos times de cada projeto nos Regionais. As informações serão passadas para que equipe de governança alimente os painéis e faça um gerenciamento executivo. O conceito adotado na CSAN é o de “cesta de produtos”, portanto, mais orquestrador, articulador e integrador, baseado em resultados. A SETIC como um todo passará a trabalhar em um novo modelo com diversas competências transversais, que se mostra mais ágil. Toda visão gerencial será reportada à NUGOV, que irá captar informações das CSAN e CTPJE para montar o teste(40 MIN). A SGRCSJT enfatizou que o Núcleo de Governança deve atender toda a área de TI.</p> <p>2 - Foi cogitado um Grupo de Negócio, a exemplo da CTPJE, para os Sistemas Administrativos?</p>		



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

R.: Hoje existe formalmente constituído o GAe, que equivale ao GNN dos Sistemas Administrativos, porém dada a quantidade de projetos, é inviável o GAe executar o acompanhamento de todos eles. Está sendo feito um mapeamento com vista a aprimorar a estrutura de governança.

Quanto às questões que se seguem, a SETIC fez uma explanação geral sobre a forma de trabalho, que permitiu a compreensão em termos gerais. O comitê decidiu por retomar uma discussão mais específica sobre os demais temas em outra oportunidade, para não se estender em demasia nos pontos suscitados e comprometer o tempo restante para tratar os itens subsequentes da pauta.

3 - Foi pensado em unificação de linguagem, codificação e padrões de visualização?

4 - Como serão feita a centralização das homologações?

5 - Como o CSJT fará o controle de versões instaladas dos Sistemas Administrativos nos Regionais? Ato Normativo?

A CSAN ressaltou que todas as questões apresentadas estão no radar da unidade e constarão do plano de ação para 2021.

A SGRCSTJ relevo o aspecto de eventuais vulnerabilidades dos sistemas administrativos em decorrência do recente escândalo envolvendo segurança da informação. A conjuntura atual mostra-se propícia a priorização de recursos para sanar suscetibilidades. Uma varredura nos sistemas para detectar eventuais fragilidades nesse sentido deverá ser feita. Nesse contexto o comitê deliberou que a CTPJE deve adotar providências para que seja criado usuário único para acesso dos integrantes do GNN pelo CITRIX, assim como bloquear o acesso pela funcionalidade que está afetada. A medida visa mitigar o risco de segurança na homologação de primeiro e segundo graus e minuta de votos.

<b>Item:</b>	<b>2.2.</b> Projeto Nacional de Disponibilização de Dados Abertos - proposta TRT da 19ª Região - tema deve ser tratado em consonância com os trabalhos do Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ Nº 334/2020, especialmente observando-se que tanto o TST como o CSJT possuem assento neste Comitê.	<b>ID</b>	
--------------	--	-----------	--

**2.2.** A Secretaria relatou que a questão dos Dados Abertos vem da [Resolução 215/20xx do CNJ, da transparência](#), na qual há um grupo de quesitos que diz respeito à publicação de informações na Transparência Ativa (site). O TRT19 solicitou que o CSJT se auxiliasse na definição do escopo de Dados Abertos para promover uma uniformização. Observação: o TRT 19 não apresentou uma proposta, apenas relatou que existe a questão.

Sugestão: assim que houver uma posição mais estável do CNJ, instruir os Tribunais sobre o atendimento uniforme dos dados abertos, lembrando da consonância com os trabalhos do Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados. Definir o que são e como tratar dados abertos. Notificar o TRT 19 sobre essa deliberação do Comitê. Observa-se a necessidade de compatibilizar dados abertos com a L

<b>Item:</b>	<b>2.3.</b> Registros preliminares do PROAD	<b>ID</b>	
<b>2.3. Exposições da Secretaria-Geral</b> - Em dezoito tribunais está em produção, nos demais não. Primeira questão: disputa com projetos mais interessantes; para isso existe uma solução, que é romper a			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

nacionalização obrigatória do PROAD e substituí-lo pelo SEI, desonerando o time de produção. Os Tribunais teriam de escolher um dos dois, PROAD ou SEI. Uma falha do PROAD: falta padronização entre tribunais e até mesmo entre unidades de um mesmo tribunal. Registra-se, então, que a curadoria do SEI precisar ser nacionalizada. Outra questão: o PROAD foi nacionalizado com governança completamente desestruturada. Outro ponto: o SEI mostra-se uma solução mais profícua, o PROAD encontra-se isolado. **Observação do Secretário de TIC do CSJT** - rever, em vez de romper, a nacionalização do PROAD dado o advento do SEI e a modificação do cenário externo. A maior parte da administração pública utiliza um mesmo sistema, o SEI. Retirar a obrigatoriedade de utilização do PROAD na JT como sistema oficial de tramitação de processos administrativos. **Observação do Secretário de TIC do TST** - explicou vantagens de aderir a um sistema já utilizado por um grande conjunto de órgãos públicos, tais como interoperabilidade e desnecessidade de desenvolver algo já desenvolvido por outro órgão. **O Secretário de TIC do TRT 2** manifestou preocupação em como seriam feitas as substituições do PROAD nos TRTs que o adotam dada a falta de padronização entre as diversas instalações do sistema nos órgãos da JT. TRTs que aderiram ao sistema há pouco tempo acharão ruim ter de substituir o sistema novamente.

Item:	2.4. Plano de capacitação para TIC em 2021	ID	
<b>2.4.</b> Registrhou-se que capacitações em sistemas nacionalizados serão ônus do CSJT e não do eventual TRT onde um sistema tenha sido desenvolvido. Não mais haverá um instrutor de determinado curso que fique viajando por todos os TRTs dando capacitação. Devem ser elencadas, a pedido da Secretaria de Gestão de Pessoas, até o dia 30/11, pelo comitê as capacitações que serão promovidas em 2021.			

### 3. Outros assuntos:

Item:	3.1. Questionamento Juiz Firmo TRT5 - nacionalização (CNJ) JTe TRT5	ID	
<b>3.1.</b> Dr. Bráulio (CNJ) realizou reuniões informais com o TRT 5 e o CSJT, nelas combinou que o JTE chamar-se-ia PJE mobile e seria integrado ao PJE do CNJ, porém esse compromisso não foi oficializado. Em consequência dessas reuniões, o TRT 5 mobilizou sua equipe de TI por meses para adequar a ferramenta ao PJE daquele Conselho e concluiu o trabalho com sucesso. Ocorre que o CNJ optou ao fim por pegar o aplicativo desenvolvido por outro Tribunal, adequá-lo às suas necessidades e incorporá-lo ao PJE. O representante do TRT 5 cobra posicionamento do CSJT e do CNJ acerca dos recursos despendidos por aquele Tribunal.			

Item:	3.2.	ID	
<b>3.2.</b>			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

---

**4. Gestão orçamentária**

<b>Item:</b>		<b>ID</b>	

**5. Deliberações por FRAD**

5.1	<b>Identificador</b>

**6. Confirmação das datas das próximas reuniões**

<b>Item:</b>	<b>Confirmação das próximas reuniões</b>	<b>ID</b>	
- 14/12/2020 - 9ª Reunião Ordinária CGTIC			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
da Justiça do Trabalho  
**8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020**

A ata foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
<b>Fabiano de Abreu Pfeilsticker</b> Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
<b>Fábio Portela Lopes de Almeida</b> Assessor da Presidência do TST	
<b>Luiz Cláudio Mendes Garcia</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
<b>Fabiano de Andrade Lima</b> Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
<b>Marcio Nisi Gonçalves</b> Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	

Ciente em \_\_\_\_\_ de outubro de 2020.

**MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
Ministra Presidente